



15283044



08004.000120/2021-11



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (15348759)

Data	20/07/2021	
Local	Microsoft Teams	
ITEM	NOME	ÓRGÃO
1	Adonias Michel Silva	DEPEN
2	Ana Clara Formiga Ferreira do Carmo	SENAJUS
3	Ana Paula Santos da Silva	SENAJUS
4	Ângela Rodrigues	SENAD
5	Bruno de Oliveira Almeida	CGGE
6	Camila Ramos	AN
7	Charles de Azevedo Gonçalves	SEGEN
8	Cíntya Oliveira da Silva	CGGE
9	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
10	Daniela Cristina Porto	SENAJUS
11	David de Lima Freitas	SPO
12	Fabiano Nogueira Brandão	CGGE
13	Fernando de Almeida Lopes	SENAD

14	Flávio Henrique Diniz Oliveira	SENAJUS
15	Graziele Ferreira de Oliveira	SPO
16	Guilherme Alves dos Santos	SENASP
17	Gustavo da Cruz Sant' Ana	PF
18	Henrique Monteiro de Araújo de Souza	SENACON
19	João Francisco Goulart dos Santos	FUNAI
20	Juliana Coelho Antero	CGGE
21	Karla Nogueira do Valle de Carvalho	SENAJUS
22	Leonardo Luis da Silva Araújo	SENASP
23	Marcelo Rodrigues da Silva	PRF
24	Márcia Aiko Tsunoda	DEPEN
25	Maria Cardoso Grochevicz	SEOPI
26	Mariana Zilio da Silva	SENACON
27	Matheus José Ferraz Fernandes	CGGE
28	Priscilla Oliveira	SENASP
29	Raquel Ribeiro	AN
30	Tiago Teixeira	SEOPI

Pauta da reunião (15295514)	<ol style="list-style-type: none"> 1) Apresentação 2) Importância do Cadastro de Ações Orçamentárias para o monitoramento das políticas 3) Ata da 14ª Reunião do Comitê Interministerial de Governança - CIG 4) Pendências - Relatório de monitoramento e formulário de detalhamento 5) Curso ENAP – Avaliação Ex-Post de Políticas Públicas 6) Apresentações de Políticas Públicas (SENAJUS e SEOPI) 7) Informes Gerais 8) Encaminhamentos
------------------------------------	---

1. O Sr. David de Lima Freitas, Subsecretário de Planejamento e Orçamento – SPO e Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, iniciou a reunião,

realizada por meio do aplicativo *Microsoft Teams*, agradecendo a participação dos presentes. Em seguida, apresentou a pauta da reunião (15295514)

2. O primeiro tópico da reunião tratou de questões associadas ao cadastro de ações orçamentárias e o respectivo acompanhamento físico-financeiro. O Sr. David reforçou a preocupação em relação ao cadastro da ação orçamentária quanto ao seu correto alinhamento com as Políticas Públicas do Ministério e destacou aos presentes que, durante o cadastro das metas relativas aos produtos das ações, que não seja realizado nem o sub nem o superdimensionamento das metas, situação que poderá impactar o acompanhamento da execução físico-financeira das metas em virtude de grandes distorções entre a meta planejada e o resultado realizado. Tal situação, caso ocorra, terá impacto na apresentação do relatório da Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR. Destacou, ainda, que o momento atual permite que sejam realizados ajustes para sanar eventuais distorções, porém, passado o período para ajustes, os mesmos não poderão ser realizados em momento posterior.
3. Ainda sobre o tópico relativo ao orçamento, o Sr. David apresentou o Painel de Orçamento, disponível no site do MJSP, com a demonstração de um bom exemplo de cadastro orçamentário realizado pelo Arquivo Nacional, especialmente no que se refere ao cadastro de metas e produtos com nível de detalhamento que permita visualizar o que de fato é entregue pelo Ministério, além de um correto alinhamento das ações orçamentárias com a Carteira de Políticas Públicas. Por fim, o Sr. David solicitou que todas as unidades acessem o Painel de Orçamento e vejam se há alguma inconsistência na informação apresentada e reforçou, ainda, a importância do aperfeiçoamento da comunicação entre as unidades de gestão estratégica e as de orçamento no sentido de aprimorar o cadastro de ações orçamentárias. No sentido de apoiar as unidades organizacionais, o Sr. David informou que a equipe da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF irá entrar em contato com os servidores responsáveis pelo cadastro orçamentário para reforçar as orientações sobre as questões tratadas nesse tópico.
4. O próximo tópico da pauta tratou da apresentação das recomendações oriundas do Comitê Interministerial de Governança – CIG, em razão da 14ª reunião ordinária. Abaixo, são listadas as recomendações do CIG na referida reunião:
 - Aprovar a Resolução nº 5, de 15 de junho de 2021, que altera o texto disposto pela Resolução nº 02 de 29 de junho de 2020, que estabelece fluxo, prazos e obrigações relacionados ao monitoramento das recomendações e dos alertas exarados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no âmbito do Processo de Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR), de forma a promover o aprimoramento das medidas dispostas.
 - Recomendar que elaborem, em conjunto com a SAE/PR, proposta, no prazo de 45 dias, para aprimoramento da governança no processo de indicação dos membros do Poder Executivo Federal aos conselhos remunerados.
 - Recomendar que encaminhe aos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, ofício que faça referência ao prazo de 14 de outubro de 2021 para a produção de efeitos do Decreto nº 10.411, de 30 de junho 2020, que regulamentou a análise de impacto regulatório - AIR, e os alerte sobre o fato de que o processo de elaboração normativa foi substancialmente alterado e sua adequada implementação requer preparação com antecedência.
5. Foi informado, ainda, que a ata da reunião do CIG com as recomendações acima foi enviada às unidades organizacionais do MJSP por meio do Ofício-Circular SE nº 15150858, com destaque para a recomendação CIG nº 03. Sobre tal recomendação, o Sr. David solicitou aos presentes que, caso a recomendação seja aplicável a alguma unidade organizacional do MJSP, que sejam tomadas as providências necessárias para a elaboração de atos normativos em razão dos efeitos do Decreto nº 10.411, de 30 de junho 2020. Por fim, o Sr. David comunicou aos presentes que as recomendações e orientações do CIG continuarão sendo objeto de tratativas no âmbito da CT-CGE em razão da competência estabelecida pela Portaria nº 86/2020 à Comissão para tratar do tema.
6. O terceiro tópico da reunião tratou das pendências acerca dos formulários de detalhamento e dos relatórios de monitoramento das Políticas Públicas do MJSP. Foi informado que algumas unidades organizacionais ainda estão com pendências do envio de documentos, como a Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, a Polícia Rodoviária Federal – PRF e a Fundação Nacional do Índio – Funai. O detalhamento dessas pendências encontra-se disponibilizado na apresentação da reunião (15295514). Sobre o status do detalhamento da Carteira de Políticas Públicas, foi informado que 67% das Políticas já foram detalhadas, o que corresponde a 49 (quarenta e nove) Políticas Públicas de um total de 73 (setenta e três) da Carteira vigente. Por fim, o Sr. David informou que foram enviados relatórios de monitoramento de Políticas em desacordo com o padrão estabelecido pela CT-CGE e frisou, logo em seguida, a importância do envio de formulários de detalhamento e relatórios de monitoramento conforme os modelos aprovados pela CT-CGE.
7. Dando sequência à pauta, a Sr. David passou a palavra para o Sr. Fabiano Brandão, representante da Coordenação-

Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional – CGGE, para informar aos presentes sobre andamento do curso "Avaliação *Ex Post* para Políticas Públicas", promovido pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, em parceria com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP do MJSP. O Sr. Fabiano informou sobre a conclusão da primeira Turma do curso e em seguida apresentou informações relevantes sobre a situação da 2ª Turma do curso de Avaliação de Políticas Públicas, prevista para iniciar no dia 02/08/2021. Sobre a 2ª Turma, o Sr. Fabiano apresentou as unidades organizacionais que indicaram os participantes e as políticas públicas para serem objeto de estudo de caso no curso e frisou que, caso alguma unidade organizacional tivesse o interesse em indicar novos participantes e políticas, o prazo foi estendido para o dia 21/08/2021. Por fim, destacou que já foram capacitados 74 alunos no curso em referência e foram objeto de estudo de caso a avaliação de 10 políticas públicas do MJSP.

8. Concluído o tópico anterior da pauta, foram iniciadas as apresentações do detalhamento das seguintes Políticas Públicas:

- SENAJUS: Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia: Eixo – Migração Laboral (15295817), apresentada pela Sra. Ana Paula Santos Coordenadora Geral de Migração Laboral;
- SENAJUS: Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia: Eixo – Apatridia e Naturalização (15295659), apresentada pela Sra. Ana Clara Formiga Ferreira do Carmo, Coordenadora de Processos Migratórios
- SEOPI: Política de Gestão Integrada: Eixo – Coordenação, Governança e Capacitação (15295899), apresentada pelo Sr. Tiago Teixeira, servidor mobilizado da Seopi.

9. Em seguida, dando sequência à pauta, a Sra. Claudete Trapp, Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional, informou aos presentes sobre as Políticas Públicas que serão apresentadas na próxima reunião ordinária da CT-CGE, prevista para o dia 17 de agosto de 2021:

- PF – Política de Prevenção e Repressão à Criminalidade: Eixo Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras.
- SENAJUS – Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia: Eixo Residência
- FUNAI – Política de Delimitação, Demarcação e Regularização Fundiária de Terras Indígenas; e
- Arquivo Nacional – Política Nacional de Arquivos – Conselho Nacional de Arquivos

10. Sobre o tópico relativo aos informes gerais, a Sra. Claudete Trapp abordou os projetos e indicadores estratégicos que serão apresentados na próxima reunião do CGE, prevista para o dia 29/07/2021, às 14 horas, (Reunião de Avaliação da Estratégica R.A.E):

- **DEPEN:**

- Projeto: Projeto Maximização da geração de vagas em unidades prisionais; e
- Indicador: Geração de vagas

- **SENAJUS:**

- Projeto: Projeto Fomento à criação e à estrutura de unidades de combate à corrupção nas policiais civis;
- Indicador: Tempo médio de decisões de processos de naturalização

- **PRF:**

- Projeto: Programa Nacional de Redução de Mortes no Trânsito;
- Indicador: Vítimas mortas em acidentes de trânsito em rodovias federais

11. Dando continuidade aos informes gerais, a Sra. Claudete Trapp discorreu sobre a demanda da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República referente ao monitoramento das principais entregas dos meses de agosto e setembro de 2021. Informou que o prazo para o envio das informações se encerrou

no dia 19/07/2021 e reforçou que, para aqueles que ainda não enviaram os dados, o novo prazo limite é o dia 20/07/2021 às 18:00.

12. Ainda sobre os informes gerais, a Sra. Claudete Trapp informou sobre o 2º Evento de Monitoramento do Plano Plurianual – PPA 2020-2023 – Ano base 2021 em que serão captadas informações concernentes aos: Investimentos plurianuais listados no anexo III, seção I, da Lei 13.971/2019 das unidades PF e DEPENDÊNCIA e sobre os Resultados intermediários dos programas finalísticos (0617 – Povos Indígenas, 5015 – Justiça e 5016 – Segurança Pública). A Sra. Claudete informou que o período de apuração dos dados é o 1º semestre de 2021 - (01/01 a 30/06) e o prazo para o envio das informações é até o dia 03/08/2021 e, ainda, que demais informações sobre o processo estão contidas no Ofício-Circular 62 nº SEI 15261774. Por fim, a Sra. Claudete Trapp ressaltou que os resultados intermediários do PPA 2020-2023 possuem correspondência a indicadores que estão no Planejamento Estratégico 2020-2023 do Ministério, desta forma, pediu atenção para que não haja divergência de informações contidas nos dois documentos, situação que pode prejudicar a Prestação de Contas do Presidente da República, além de outros impactos que podem prejudicar a imagem do MJSP.
13. Sobre o último tópico relativo aos informes gerais, a Sra. Claudete informou que o processo de revisão da Carteira de Políticas Públicas do MJSP deverá ser aprovado na reunião ordinária da CT-CGE prevista para o dia 17/08/2021, e, posteriormente, será submetido para aprovação do Comitê de Governança Estratégica – CGE em reunião ordinária prevista para o dia 26/08/2021. Ela informou que o atraso na aprovação da carteira justifica-se pela necessidade de obter um melhor alinhamento da proposta de revisão apresentada em relação ao orçamento do Ministério. Por fim, a Sra. Claudete informou que as alterações do Planejamento Estratégico aprovadas na última reunião do CGE que possuem impacto com a Carteira de Políticas serão devidamente atualizadas após publicação de Resolução do CGE.
14. Encerrada a pauta prevista, a Sra. Claudete Trapp agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

ENCAMINHAMENTOS:

CGGE enviará e-mail contendo:

- Apresentação da reunião da CT-CGE;
- Memória da reunião;
- Planilha de Controle de detalhamento e monitoramento de políticas públicas (AN, FUNAI, PF e PRF).
- Ata da 14ª Reunião do Conselho Interministerial de Governança - CIG realizada no dia 15/06/2021

Unidades enviarão

- Apresentações das políticas públicas apresentadas no dia 20/07/2021
- Detalhamento e monitoramento de políticas públicas por meio de processo SEI para a caixa CT-CGE.

Gravação da reunião:

<https://web.microsoftstream.com/video/db6fd0fa-bff0-4c32-a4ca-93033b9d1626>



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO NOGUEIRA BRANDAO, Chefe da Divisão de Planejamento, Processos e Apoio à Governança**, em 30/07/2021, às 09:14, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Matheus José Ferraz Fernandes, Agente Administrativo(a)**, em 30/07/2021, às 09:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues da Silva, Usuário Externo**, em 30/07/2021, às 09:41, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME ALVES DOS SANTOS, Chefe da Divisão de Monitoramento Estratégico**, em 30/07/2021, às 09:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Henrique Diniz Oliveira, Coordenador(a)-Geral de Política Migratória**, em 30/07/2021, às 11:23, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO, Coordenador(a) de Processos Migratórios**, em 30/07/2021, às 11:23, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CARDOSO GROCHEVICZ, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 30/07/2021, às 11:34, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 30/07/2021, às 11:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo da Cruz Sant'Ana, Usuário Externo**, em 30/07/2021, às 12:25, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Nogueira do Valle de Carvalho, Gerente do Projeto**, em 30/07/2021, às 13:52, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel dos Santos Ribeiro, Usuário Externo**, em 30/07/2021, às 14:04, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adonias Michel Silva, Agente Federal de Execução Penal**, em 30/07/2021, às 14:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **CHARLES DE AZEVEDO GONÇALVES, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 30/07/2021, às 17:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **João Francisco Goulart dos Santos, Usuário Externo**, em 30/07/2021, às 18:14, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO DE OLIVEIRA ALMEIDA, Chefe da Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento**, em 01/08/2021, às 10:52, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Zilio da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor - Substituto(a)**, em 02/08/2021, às 10:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 02/08/2021, às 14:15, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Teixeira Da Silva, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 03/08/2021, às 12:02, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO, Coordenador(a)-Geral de Imigração Laboral**, em 03/08/2021, às 14:02, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA CRISTINA RODRIGUES, Coordenador(a) de Projetos Especiais**, em 03/08/2021, às 17:35, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcia Aiko Tsunoda, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do DEPEN**, em 05/08/2021, às 14:49, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **15283044** e o código CRC **D3808943**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.